

APRESENTAÇÃO

CONHECER É CLASSIFICAR E TAMBÉM DUVIDAR

O oficial Drogo¹, na solidão do fardo de vigiar a fronteira, sempre à iminência do ataque dos tártaros, expressaria de diversos modos as angústias, dúvidas e incertezas acerca do inimigo tão esperado. No entanto, como soldado moldado de corpo e alma na hierarquia e no dever pátrio, sem abandonar fisicamente seu posto, esse bom oficial, centrar-se-ia em estudar O Forte, em desenhar o território vizinho e cumprir ordens recebidas.

Na universidade não somos oficiais a vigiar tártaros, apesar de familiaridade com cenas surreais. A árvore genealógica de filósofos e sucessores nos ensinaram a praticar a dúvida sistemática e mais tarde a introduzir as estratégias de subversão, nem sempre bem vistas. Em contrapartida, incumbem-nos de outras vigilâncias. Uma delas é a da produção científica, literária, artística e outras mais.

Milenar e secularmente, o processo de conhecimento pauta-se no exercício incessante do fazer classificatório e exegético, internalizado aos recônditos do pensamento acadêmico. Antes de interpretar há de se

haver o que interpretar. Daí a construção das classes. Vem a pergunta, para que construir classes? Dentre as várias respostas, poderíamos assegurar, para organizar o mundo. Seja o mundo do conhecimento, ou aquele mundano, no sentido lato. A pureza do conhecimento e a imperfeição do apócrifo? Elementar, poderíamos perguntar, no que consiste estabelecer classes? Diríamos: organizar, agrupar determinados elementos por meio de critérios arbitrários previamente definidos. Os critérios são arbitrários porque foi convencionado um símbolo para representar um elemento. Por exemplo, escolhe-se o branco para dizer da pureza e não a cor negra para ter o mesmo sentido. Logo, não há base natural, mas social que pretende mostrar essa invenção como a naturalização. Assim, os elementos de determinada cor são classificados e incluído e os de outra cor são excluídos daquele rol. Nesse critério arbitrário organiza-se um mundo, estabelecem-se hierarquias, delineiam-se os símbolos e mais que isso, naturalizam-se todos os arbitrários sob a tentativa da consistência de solidez do verniz do social. Somos herdeiros e herdados por essa tradição, sem questioná-la. Disso resultam as clivagens sancionadas e legitimadas pelas instituições.

¹ Giovanni Drogo é oficial à espera da invasão do exército tártaro, criação surreal de Dino Buzatti (1906-1972).

Retomando nossas classificações, organizadas, procuramos dar-lhes organicidade. Organizam-se as informações geradas pelos sistemas classificatórios, acumulam-se conhecimentos. Geram-se enciclopédias, disciplinas, áreas de conhecimentos e outras coisas mais. Como não podia deixar de ser, surgem intérpretes, que advogam deter o monopólio da verdade sagrada daquela informação e da legítima interpretação, como se fosse única. Surgem os contestadores [detratores?] que tentam apontar aos pés de barro dos porta-vozes, propondo novas divisões e separações, por supostamente mais eficazes, sempre amparados na lógica de que novo é melhor.

De certa forma, procedimento idêntico ocorreu com este dossiê. Houve generosas contribuições, pontos de vista diversos costuraram o volume que, respeitadas as peculiaridades, traz no bojo o caráter classificatório advindo de nossas formações universitárias.

Ora nossos estudos apresentam o desenraizamento de populações autóctones, ora estamos na correnteza da globalização desenraizando-os, com um pé no território movediço e outro na total desterritorialização. Ficamos com as classificações toscas do antes purista e do depois contaminado, como se fosse possível momentos puros sem contatos de impureza das esferas. Ora, na tentativa das classificações, nos deparamos na impossibilidade da genuína forma pura, sempre herdeira e tributária de outra matriz que talvez não fosse tão visível.

Se conhecer implica se traçar mapas, para entender os limites e fronteiras dos territórios, como nossa cartografia surreal se comportará frente invasores sempre do imaginário deserto dos tártaros? Como evitar que esse tártaros, a cada manhã, em nosso cotidiano, metaforicamente, estejam às nossas portas? E quem dirá das possibilidades de inverter os mapas e pensar das cartografias não convencionais? E por

que não pensar um novo mapa do oficial Drogo sem o deserto? De que modo os outros leriam nossas abstrações expressas em coordenadas, escalas, legendas, convenções e rosa de vento? Por que o mundo será abstraído de modo a caber na folha de papel? Que outras cartografias poderíamos imaginar, que estivessem mais próximas do real de nossas comunidades?

O dossiê nos permite trilhar os passos dos autóctones da região do oeste catarinense, mas que poderiam ser de outras regiões, no sentido de acompanhar a quebra das relações encantadas na monetarização de amplos segmentos da sociedade. Noutros textos, adentramos na diversidade religiosa e desvendamos o olhar com a presença de religiões afro com terreiros próximos às nossas catedrais. Nas situações diversas, em diferentes contextos deste dossiê, um aspecto cabe relatar, seguramente, os autores que levaram a sério aquilo que foi assegurado por Geertz. “O locus de estudo não é o objeto de estudo. Os antropólogos [leia-se os autores] não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças), eles estudam nas aldeias” (1988, p.32). Aldeias estas que nos reservam surpresas neste dossiê. Diferentemente do oficial Drogo, não estudamos o Forte, mas estudamos no Forte. Cada um com seus tártaros.

Referências

BUZATTI, Dino. O Deserto dos Tártaros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GOODY, Jack. A lógica da escrita e a organização da sociedade. Lisboa: Edições 70, 1991.

Arlene Renk
Organizadora